

Banco Morgan Stanley S.A.

Demonstrações Financeiras
em
30 de junho de 2026

Conteúdo

Relatórios do auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações dos resultados	11
Demonstrações de resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

Morgan Stanley

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Banco Morgan Stanley S.A.

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do semestre findo em 30 de junho 2026, do Banco Morgan Stanley S.A. (**“Banco Morgan Stanley”**).

Essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen). e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O Relatório do Comitê de Auditoria do Conglomerado Morgan Stanley está sendo apresentado juntamente com as divulgações das Demonstrações Financeiras individuais do Banco Morgan Stanley (líder do Conglomerado).

D) EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS

Entre os acontecimentos que marcaram o semestre, destacam-se:

a) Patrimônio Líquido e Resultado no Semestre

- **Aumento do Capital Social**

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2026, aprovou o aumento de capital proposto pela administração no montante de R\$ 302.741 (trezentos e dois milhões, setecentos e quarenta e um mil e seiscentos e setenta e sete reais), mediante a emissão de 302.740.677 (trezentos e dois milhões, setecentos e quarenta e um mil e seiscentos e setenta e sete) novas ações, mediante a utilização dos recursos oriundos dos juros a título de remuneração sobre o capital próprio. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central em 26 de junho de 2026.

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação pertinente. A Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2026, aprovou ainda a não distribuição desses dividendos.

- **Resultado no Semestre**

O Banco Morgan Stanley registrou Lucro Líquido no Semestre de R\$ 315.166 mil, correspondente a R\$ 0,08 por ação e rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido final de 16%.

Morgan Stanley

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Banco Morgan Stanley S.A.

II) PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA REQUERIDO (ACORDO DA BASILÉIA)

O índice da Basiléia em 30 de Junho de 2026 é de 28,73%.

III) GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A descrição da Estrutura de Gerenciamento de Capital do Conglomerado está disponível no endereço eletrônico: <https://www.morganstanley.com.br/sobre-nos/gerenciamento-de-riscos-e-de-capital>

IV) POLÍTICA DE EQUIDADE

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 15.177/2025, que estabelece a obrigatoriedade de divulgação de indicadores relacionados à política de equidade, o Banco divulga periodicamente o Relatório de Transparência Salarial, o qual evidencia sua prática de remunerar de forma equitativa homens e mulheres que desempenham funções equivalentes no Brasil e no exterior. As informações requeridas são divulgadas no Relatório de Transparência Salarial, disponibilizado publicamente no endereço eletrônico: <https://www.morganstanley.com.br/sobre-nos/informacoes-regulatorias/banco-morgan-stanley/Relatorio de Transparencia e Igualdade Salarial de Mulheres e Homens>

São Paulo, 26 de agosto de 2026.

Relatório do Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução nº 4.910/21 do Conselho Monetário Nacional – CMN que sucedeu a Resolução nº 3.198/04, o Comitê de Auditoria **do Conglomerado Financeiro Morgan Stanley** foi instituído em **22 de junho de 2011** por meio de Assembléia Geral Extraordinária da instituição líder, o Banco Morgan Stanley S.A., sendo atualmente composto por três membros, sendo dois membros externos, devidamente qualificados e um da atual Diretoria do Banco.

O Comitê reuniu-se formalmente ao longo do semestre analisando, de acordo com as atribuições definidas em seu regulamento interno, a adequação das Demonstrações Financeiras das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Morgan Stanley, incluindo notas explicativas e parecer da auditoria externa; a efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e ainda efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições.

O Comitê concluiu, com base nas documentações apresentadas, serem satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e eficazes os sistemas e procedimentos de controles internos, não identificando nenhuma deficiência relevante. Desta forma, recomendou à Diretoria das empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Morgan Stanley a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

São Paulo, 26 de agosto de 2026.

Comitê de Auditoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores do

Banco Morgan Stanley S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Morgan Stanley S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Morgan Stanley S.A. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do período corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração de instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários e certificados de operações estruturadas

Veja as Notas 3d, 5, 6, e 11 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
O Banco possui operações com instrumentos financeiros registrados a valor justo por meio do resultado, tais como instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários classificados e certificados de operações estruturadas. Para os instrumentos financeiros que não são ativamente negociados e para os quais cotação ou dados observáveis não estão disponíveis, a mensuração do valor justo está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida em que o Banco efetua julgamentos na elaboração dos seus modelos internos e nas premissas utilizadas para estimar esses valores. Devido ao nível de incerteza e de julgamento envolvido, consideramos a mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: Avaliação do desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros. Avaliação, por amostragem, e com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, da razoabilidade dos dados, parâmetros e informações incluídos nos modelos utilizados para mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros e recálculo, também por amostragem, do correspondente valor justo dessas operações. Avaliação ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes das normas aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros, e as devidas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de agosto de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Rodrigo de Mattos Lia

Contador CRC 1SP252418/O-3

Banco Morgan Stanley S.A.

Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação - R\$)

	Nota	06.2026	06.2025
Receitas da intermediação financeira		1.246.207	1.155.513
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.110.222	1.056.676
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		135.985	98.837
Despesas da intermediação financeira		(999.417)	(645.002)
Operações de captação no mercado		(661.591)	(607.352)
Despesas de empréstimo no exterior		(37.208)	(37.669)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(300.618)	19
Resultado bruto da intermediação financeira		246.790	510.511
Outras receitas (despesas) operacionais		328.855	(234.180)
Receita de prestação de serviços		52.702	-
Despesas de pessoal	17.c	(292.184)	(256.379)
Despesas de honorários	17.d	(55.516)	(49.591)
Outras despesas administrativas	17.b	(129.927)	(111.644)
Despesas tributárias	17.a	(28.651)	(35.602)
Despesas de provisões passivas		(195)	(226)
Outras receitas operacionais	17.f	810.674	223.542
Outras despesas operacionais	17.e	(28.048)	(4.280)
Resultado operacional		575.645	276.331
Resultado antes da tributação sobre o lucro		575.645	276.331
Imposto de renda e contribuição social		(260.479)	(124.938)
Provisão para imposto de renda	13	(184.716)	(101.667)
Provisão para contribuição social	13	(148.290)	(81.450)
Ativo/passivo fiscal diferido	13	72.527	58.179
Lucro líquido do semestre		315.166	151.393
Quantidade de ações (em milhares)		3.954.189	3.651.449
Lucro líquido por ação - R\$		0,08	0,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Morgan Stanley S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação - R\$)

	06.2026	06.2025
Lucro líquido do semestre	315.166	151.393
Outros resultados abrangentes		
<i>Itens que podem ser reclassificados para o resultado</i>	115	-
Ajuste de avaliação patrimonial	209	-
Efeito tributário	- 94	-
Resultado abrangente total no semestre	<u>315.281</u>	<u>151.393</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Banco Morgan Stanley S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital realizado	Aumento de Capital	Reserva de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.964.481	-	210.010	1.719.232	-	6.644	3.887.080
Mudança na adoção inicial da 4.966					6.722	-	6.722
Saldos em 01 de janeiro de 2025	1.964.481	-	210.010	1.719.232	79	-	3.893.802
Aumento de capital - Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 28/04/2025	14.a	218.456	-	-	-	-	218.456
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	151.393	151.393
Proposta de destinação dos lucros:							
Reserva legal	14.c	-	7.570	-	-	7.570	-
Reserva estatutária	14.d	-	-	143.823	-	143.823	-
Saldos em 30 de junho de 2025	<u>2.182.937</u>	<u>-</u>	<u>217.580</u>	<u>1.863.055</u>	<u>79</u>	<u>-</u>	<u>4.263.651</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>4.101.934</u>	<u>-</u>	<u>9.728</u>	<u>184.837</u>	<u>52</u>	<u>-</u>	<u>4.296.551</u>
Aumento de capital - Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 30/04/2026	14.a	302.741	-	-	-	-	302.741
Ajuste ao valor de mercado de TVM	-	-	-	-	115	-	115
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	315.166	315.166
Saldos em 30 de junho de 2026	<u>4.404.675</u>	<u>-</u>	<u>9.728</u>	<u>184.837</u>	<u>167</u>	<u>315.166</u>	<u>4.914.573</u>

Banco Morgan Stanley S.A.

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	06.2026	06.2025
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	315.166	151.393
Ajustes ao Lucro Líquido :	603.788	48.049
Depreciações e amortizações	12.050	10.638
Ajuste ao Valor de Mercado de T.V.M. e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/ Passivos)	115	6.723
Ajuste compensatório de preço de transferência	94.805	(210.196)
Variação cambial de provisões	(21.924)	8.044
Provisões passivas	(195)	(226)
Provisões operacionais	51.004	19
Provisões com remuneração variável	179.248	145.124
Impostos diferidos	(72.527)	(58.179)
Imposto de renda e contribuição social	361.212	146.102
Diminuição/(aumento) de ativos operacionais		
Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez	-	1.649.996
(Aumento) de títulos e valores mobiliários	(679.224)	(1.574.481)
Redução/(Aumento) de instrumentos financeiros derivativos ativos	2.159.932	(2.730.585)
Redução/ (Aumento) de depósitos interfinanceiros	(122.230)	7.348
Redução/ (Aumento) de outros ativos	(284.653)	2.938.187
Aumento/(diminuição) nos passivos operacionais		
Aumento de certificados de operações estruturadas	351.815	67.881
(Redução)/ Aumento de instrumentos financeiros derivativos passivos	(2.506.609)	2.513.034
(Redução)/ Aumento de depósitos	(331.915)	548.815
Aumento de Recursos de Aceites cambiais	77.860	455.583
(Redução)/ Aumento de provisões	(307.059)	80.842
(Redução) de outros passivos	(416.001)	(2.963.037)
(Redução) de operações compromissadas	(2.836.341)	(1.714.362)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social no semestre	(28.206)	(94.027)
Fluxos de caixa (utilizados) em atividades operacionais	(4.922.631)	(814.806)
Fluxo de caixa líquido proveniente (utilizados) nas atividades operacionais	(4.922.631)	(814.806)
Fluxos de caixa (utilizados) nas atividades de investimentos		
(Aquisição) de imobilizado de uso	(43.179)	(2.713)
Fluxos de caixa utilizados em atividades de investimento	(43.179)	(2.713)
Fluxos de caixa proveniente/(utilizado) das atividades de financiamento		
Captação em obrigações por empréstimos no exterior	(19.410)	453.066
Caixa proveniente das atividades de financiamento	(19.410)	453.066
Variação total em caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	(4.066.266)	(165.011)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	5.180.532	2.376.891
Efeitos das mudanças das taxas de câmbio em caixa	(9)	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	1.114.257	2.211.880
Variação total em caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	(4.066.266)	(165.011)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

O Banco Morgan Stanley S.A. (“Banco”) foi reorganizado em banco múltiplo nos termos da Assembleia Geral Extraordinária de 18 de janeiro de 2001 e tem como seus controladores as empresas Morgan Stanley International Holdings Inc. e MSL Incorporate. Iniciou suas atividades em outubro de 2001, sob a forma de sociedade por ações, tendo como objeto social a prática de operações ativas, passivas, derivativas e acessórias inerentes aos bancos múltiplos com as carteiras comercial e de investimento, de acordo com os regulamentos do Banco Central do Brasil a ele aplicáveis e com as disposições legais e regulamentares em vigor, inclusive câmbio, bem como a gestão e a administração de carteiras de valores mobiliários e fundos de investimentos. O Banco poderá participar de quaisquer outras sociedades ou grupos de sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócio, acionista ou quotista.

2 Base de preparação

a. Apresentação das demonstrações financeiras

Essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

As demonstrações financeiras do Banco apresentam os saldos da agência Cayman (“Agência”) de forma consolidada. A Agência Cayman apresenta, nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a seguinte posição:

	06.2026		12.2025	
	US\$	R\$	US\$	R\$
Ativo	1.205	6.238	1.187	6.530
Disponibilidades	4	20	6	31
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	47	261
Outros créditos	1.201	6.218	1.134	6.238
Passivo	1.205	6.238	1.187	6.530
Outras obrigações	70	363	19	102
Patrimônio líquido	1.135	5.875	1.168	6.428
Capital social	1.000	2.176	1.000	2.176
Reservas	242	4.252	211	4.490
Lucro/ prejuízo no semestre/exercício	(107)	(552)	(43)	(238)

As demonstrações financeiras da dependência no exterior tiveram seus critérios contábeis adaptados às práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e convertidas para reais pela cotação de R\$ 5,5024.

A Administração usa de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao imposto diferido, à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à provisão para passivos contingentes e mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas semestralmente.

As demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2026 foram aprovadas para divulgação pela administração em 26 de agosto de 2026.

b. Bases para avaliação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para certos instrumentos financeiros ao valor justo no resultado e instrumentos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Real que é a moeda funcional do Banco. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo.

d. Utilização de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destes estimados.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela administração. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados, quando aplicável.

As principais estimativas e julgamentos se referem a:

- Avaliação do valor justo de instrumentos financeiros - nota 6
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos - nota 9 e 13
- Pagamento baseado em ações - nota 3(o)
- Contingências - nota 3(n) e 16

A instituição disponibiliza suas demonstrações contábeis em seu site (<https://www.morganstanley.com.br/sobre-nos/demonstracoes-financeiras>)

e. Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Reforma Tributária sobre o Consumo

A Emenda Constitucional nº 132/2023 instituiu a Reforma Tributária sobre o Consumo, posteriormente regulamentada pelas Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026, que, em conjunto, estabelecem as bases do novo modelo brasileiro de tributação sobre o consumo.

A Lei Complementar nº 214/2025 instituiu o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), bem como definiu as regras gerais de incidência e de operacionalização do novo sistema. A Lei Complementar nº 227/2026 instituiu o Comitê Gestor do IBS (CGIBS) e disciplinou, entre outros aspectos, o processo administrativo tributário aplicável ao imposto. A implementação do novo modelo ocorrerá de forma gradual, com período de transição até 2033. Para os serviços financeiros, as alíquotas combinadas da CBS e do IBS previstas para o período de 2027 a 2033 aumentarão progressivamente de 8,85% para 12,50%. No mesmo período, para os serviços atualmente sujeitos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), está prevista a redução gradual da alíquota de 5% para 3%.

A Administração acompanha a evolução da regulamentação e avalia continuamente os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre as operações do Morgan Stanley no Brasil, incluindo seus processos, sistemas, controles internos e obrigações tributárias. Nesse contexto, encontram-se em andamento iniciativas de governança e adequação, com a participação das áreas relevantes, visando assegurar o cumprimento tempestivo dos novos requisitos.

Até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, considerando as informações disponíveis e o atual estágio de regulamentação e implementação, não foram identificados impactos materiais sobre as demonstrações financeiras do Morgan Stanley. A Administração continuará monitorando a evolução da regulamentação e adotará as medidas necessárias ao atendimento dos novos requisitos tributários, operacionais e de reporte.

3 Políticas contábeis significativas

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras e têm sido aplicadas de forma consistente pelo Banco.

a. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Reais à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado. A moeda funcional para todas as entidades é o Real.

Os ativos e os passivos não monetários registrados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registrados pelo valor justo são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas no resultado.

b. Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou do

passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro e não sofre revisões posteriores. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, os custos da transação, os descontos ou os prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis a aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Receitas e despesas de juros em todos os ativos e passivos financeiros de negociação são consideradas incidentes às operações de negociação e são apresentadas com todas as mudanças no valor justo de ativos e passivos de negociação em lucro líquido de negociação.

As alterações de valor justo em outros derivativos retidos para fins de gerenciamento de risco, e outros ativos e passivos financeiros contabilizados por seu valor justo no resultado, são apresentadas no lucro líquido, em outros ativos ou passivos contabilizados a valor justo na demonstrações de resultados.

c. Serviços e comissões

As receitas e as despesas de serviços e comissões de um ativo ou um passivo financeiro são incluídas na apuração da taxa efetiva de juros.

As demais receitas de serviços e comissões, incluindo taxas de manutenção de contas, taxas de administração de fundos de investimentos e comissões de vendas, são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados.

Outras despesas com taxas e comissões referem-se basicamente a eventos que são reconhecidos no resultado conforme os serviços são recebidos.

d. Resultado de ativos e passivos financeiros ao valor justo pelo resultado

O resultado de ativos e passivos financeiros a valor justo pelo resultado refere-se a ativos e passivos contabilizados por seus valores justos no resultado e inclui todas as alterações do valor justo, juros, ganhos ou perdas realizados ou a realizar.

e. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem impostos correntes e diferidos, sendo reconhecida na demonstração de resultados, exceto se for referente a itens reconhecidos diretamente no outro resultado abrangente; nesse caso, é reconhecida no outro resultado abrangente.

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, usando taxas promulgadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação aos anos anteriores.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou da reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis.

Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração. Despesas adicionais de imposto de renda, que provem da distribuição de dividendos, são reconhecidas no momento em que as despesas de dividendos a pagar são reconhecidas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionados com a mesma entidade legal e a mesma autoridade tributária.

f. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda e em operações compromissadas, saldos não vinculados mantidos com o Banco Central e ativos financeiros de alta liquidez com vencimentos originais que não chegam a três meses, sujeitos a risco insignificante de mudanças em seu valor justo, e utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, conforme nota explicativa nº 4.

g. Instrumentos financeiros

O Banco classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). Essa classificação é realizada através da análise do modelo de negócios em conjunto com o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros, do inglês Solely Payment of Principal and Interest).

- Modelo de negócio: configura a maneira pela qual a entidade administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPI.

- Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem no conceito mencionado acima são mensurados a VJR, como por exemplo, os derivativos.

I. Instrumentos financeiros mensurados valor justo por meio do resultado

Todos os instrumentos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles instrumentos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os instrumentos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR. Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

II. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São instrumentos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. O resultado das perdas associadas ao risco de crédito, receita de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado.

O Banco não possuía ativos classificados nesta categoria em 31 de dezembro de 2025.

III. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Ativos financeiros são reconhecidos pelo custo amortizados quando o objetivo do modelo de negócio é coletar os fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério do teste SPPI do valor do ativo até a data de seu vencimento. Esses ativos são reconhecidos, quando o Banco se torna parte das disposições contratuais. Os instrumentos são, inicialmente, mensurados ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado deduzido do montante referente a expectativa de perda do instrumento.

Custos de transação são os custos incrementais que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou eliminação de um instrumento financeiro. Custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro são adicionados ao valor justo no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros pelo custo amortizado incluem valores pendentes de liquidação e recebíveis de clientes.

h. Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

O Banco realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela metodologia completa, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966.

O Banco aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

- Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da originação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.
- Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro ("lifetime"). O reconhecimento de juros dessas operações se dá sobre o saldo devedor financeiro, sem considerar valores de provisão para perda esperada.
- Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros considerados como ativos problemáticos ou com atraso superior a 90 dias. Para estes casos, os instrumentos financeiros têm o reconhecimento de juros somente pelo seu recebimento.

i. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

O Banco mantém instrumentos financeiros derivativos para negociação e para proteger suas exposições aos riscos. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente se certos critérios são atingidos. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

- (i) **Hedge de risco de mercado** - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas, realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. O Banco não possui instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados para proteção de risco de mercado.
- (ii) **Hedge de fluxo de caixa** - A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos nos outros resultados abrangentes e acumulado no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. Quando o instrumento de hedge vence, ou é vendido, cancelado, exercido, ou quando não se enquadra nas condições de hedge accounting, qualquer ganho ou perda cumulativo existente no patrimônio líquido permanece ali até o momento em que a transação futura protegida é reconhecida na demonstração do resultado. O Banco não possui instrumentos financeiros de derivativos designados e qualificados para proteção de fluxo de caixa.

j. Ativo imobilizado

(i) Reconhecimento e avaliação

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo menos a depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos e perdas ao valor recuperável.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista, e os custos de remoção dos itens e recuperação do local em que se encontram estabelecidos. Software adquirido que seja necessário à funcionalidade do equipamento relacionado é registrado como parte do equipamento.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do imobilizado.

(ii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada de cada parte de um bem do imobilizado.

O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais dos bens do imobilizado são reavaliados a cada data de balanço.

Móveis, instalações e equipamentos	7 - 10 anos
Sistemas de comunicação	5 - 9 anos
Processamento de dados	3 - 5 anos
Outras imobilizações	5 anos
Benfeitorias	10 anos

k. Operações com arrendamento (Arrendatário)

De acordo com a Resolução CMN nº 4.975/21, que aprovou o CPC 06 (R2) de Arrendamento, foi estabelecido critério de (a) reconhecimento inicial de todos os arrendamentos como direito de uso no ativo e a respectiva obrigação a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do direito de uso e as despesas de juros do arrendamento no resultado. É determinada uma taxa de desconto que representa o custo inicial para aquisição do ativo.

l. Ativos tributários diferidos

Ativos tributários diferidos são reconhecidos sobre perdas tributárias e também sobre diferenças temporárias na medida em que é provável que o lucro tributável esteja disponível no período em que as perdas poderão ser utilizadas. Um julgamento é requerido para determinar o montante de ativo futuro tributário diferido que deve ser reconhecido, com base no fluxo provável de lucro tributável futuro, e em conjunto com estratégias de planejamento tributário, se houver.

m. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, como resultado de um evento passado, o Banco tem uma obrigação legal presente que pode ser estimada de modo confiável, com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação. As provisões são determinadas descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa, antes dos impostos, que reflita a atual avaliação do mercado do valor do dinheiro no tempo, e, se apropriado, os riscos específicos do passivo.

- **Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Contingências Passivas** - A constituição das provisões para passivos contingentes é realizada sempre que a opinião dos assessores jurídicos em relação à perda seja classificada como provável e que haja uma estimativa confiável dos montantes envolvidos. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.

n. Política de remuneração variável

Pagamentos baseado em ações

O Banco participa dos planos globais de ações do Morgan Stanley, os quais preveem o pagamento pelo Banco ao Morgan Stanley (NY) em consideração a transferência das suas ações aos funcionários do Banco. O custo das ações é mensurado pelo valor justo na data da concessão (“grant date”), atualizado conforme valor de mercado das ações do Morgan Stanley (NY) e registrado como despesa de remuneração durante o período de aquisição (“vesting period”), ajustado por condições de cancelamento dos planos, se existente.

Outros planos de compensação diferida

O Banco concede planos de compensação diferida para certos funcionários, os quais preveem o diferimento de parte da remuneração discricionária acrescido da performance de certos

investimentos referendados. O valor justo da compensação diferida é reconhecido como despesa de remuneração, ajustado por condições de cancelamento dos planos, se existente.

o. Resultado recorrente/não recorrente

As políticas internas do Banco consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social do Banco previsto em seu Estatuto Social, ou seja, “a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados aos bancos múltiplos com carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, inclusive câmbio, e o exercício de administração da carteira de valores mobiliários, bem como participar de outras sociedades, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de entidade”. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro líquido do Banco no semestre findo em 30 de junho de 2026, no montante de R\$ 315.166 (06.2025 – R\$ 151.393), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	06.2026	12.2025
Disponibilidades	184.138	1.537
Operações Compromissadas	-	5.178.995
Depósito voluntário Bacen	930.119	-
Total	1.114.257	5.180.532

5 Ativos financeiros

Os Ativos Financeiros contabilizados pelo seu valor justo e ao custo amortizado são apresentados na tabela a seguir:

	06.2026		
	Estágio 1	Estágio 3	Total
Ao valor Justo por meio do Resultado	14.591.963		14.591.963
Títulos e Valores Mobiliários	10.148.169		10.148.169
Título Públicos	1.617.987		1.617.987
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.224.787	-	1.224.787
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	4	-	4
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	393.196	-	393.196
Cotas de Fundo de Investimento	8.530.182		8.530.182
Cotas de Fundo de Investimentos	8.530.182	-	8.530.182
Instrumentos financeiros derivativos (**)	4.443.794		4.443.794
Câmbio	146	-	146
Swap	1.899.791	-	1.899.791
NDF	1.223.022	-	1.223.022
Termo	42.939	-	42.939
Opções	1.109.578	-	1.109.578
Commodities	168.318	-	168.318

Ao custo amortizado (*)	1.135.707	232.468	1.368.175
Aplicação em depósitos interfinanceiros	1.133.309	-	1.133.309
Recebíveis de clientes	2.398	606.795	609.193
Provisão para perda esperada	-	(374.327)	(374.327)

12.2025

	Estágio 1	Estágio 3	Total
Ao valor Justo por meio do Resultado	21.251.666	-	21.251.666
Operações compromissadas	5.178.995	-	5.178.995
Títulos e Valores Mobiliários	9.468.945	-	9.468.945
Título Públicos	143.338	-	143.338
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	78.496	-	78.496
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	2.434	-	2.434
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	62.408	-	62.408
Cotas de Fundo de Investimento	9.325.607	-	9.325.607
Cotas de Fundo de Investimentos	9.325.607	-	9.325.607
Instrumentos financeiros derivativos (**)	6.603.726	-	6.603.726
Câmbio	1.494	-	1.494
Swap	2.595.933	-	2.595.933
NDF	1.867.836	-	1.867.836
Termo	1.074.295	-	1.074.295
Opções	896.718	-	896.718
Commodities	167.450	-	167.450
Ao custo amortizado (*)	83.342	-	83.342
Aplicação em depósitos interfinanceiros	80.960	-	80.960
Recebíveis de clientes	2.367	73.552	75.919
Provisão para perda esperada	-	(73.552)	(73.552)
Negociação e Intermediação de Valores	15	-	15

Os títulos e valores mobiliários apresentam os seguintes prazos de vencimentos:

06.2026						Total do Valor contábil
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 5 a 10 anos	
Títulos públicos	-	199.895	70.334	1.347.753	4	1.617.987
Cotas de fundo de investimento exclusivo multimercado	<u>8.530.182</u>	=	=	=	=	<u>8.530.182</u>
Total	<u>8.530.182</u>	<u>199.895</u>	<u>70.334</u>	<u>1.347.753</u>	<u>4</u>	<u>10.148.169</u>

	12.2025					
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 5 a 10 anos	Total do Valor contábil
Títulos públicos	-	22.308	5.184.330	113.268	2.427	5.322.333
Cotas de fundo de investimento exclusivo multimercado	<u>9.325.607</u>	=	=	=	=	<u>9.325.607</u>
Total	<u>9.325.607</u>	<u>22.308</u>	<u>5.184.330</u>	<u>113.268</u>	<u>2.427</u>	<u>14.647.940</u>

(*) Em 30 de junho de 2026, o Banco possuía um total de (R\$ 374.327), a título de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito (12.2025 - (R\$ 73.552)), demandada de operações de clientes inadimplentes.

6 Valor justo dos instrumentos financeiros

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam a atender suas necessidades e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda, de taxas de juros e de ações. Estes riscos são administrados por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições.

A área de Gerenciamento de Risco é independente e utiliza técnicas globais para mensuração dos potenciais riscos inerentes ao carregamento de suas posições.

A gestão de riscos e os controles internos existentes permitem que o Banco não se exponha excessivamente à movimentação das taxas de juros e de câmbio.

Os controles mantidos são aprovados internamente, adotando-se parâmetros internacionais utilizados pela organização em nível mundial. Tais controles baseiam-se em parâmetros estatísticos tais como “VaR” e simulações de cenários de *stress*.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Para os Ativos e Passivos financeiros ao custo amortizado, representados substancialmente por depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo atrelados a taxa de mercado pós-fixada “CDI”, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Os Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos) - Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros.

Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado e validados comparando-se com as informações fornecidas pela ANBIMA.

Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:

A precificação de operações envolvendo ações e contratos futuros detidos pelo Banco é apurada com base em preços divulgados pela B3 S.A..

O Banco tem como prática a verificação e acompanhamento desses preços de mercado, diariamente, a fim de assegurar a consistência e acuracidade da precificação de suas operações.

A precificação das operações de swap, termos de moeda e opções é obtida por meio da geração das curvas de juros e das taxas de conversão fundamentadas na combinação de preços (cotações) dos produtos disponíveis dos principais fornecedores do mercado, como B3, Reuters e Bloomberg.

Por meio de modelos matemáticos internos de interpolação, são calculadas as diversas curvas nas datas necessárias para a apuração dos fatores de desconto dos fluxos de caixa.

Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro e os resultados dos contratos de swap, termo de moeda e opções são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidos e representam seu valor levando em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e de venda, os riscos de liquidez e crédito, bem como outros fatores que afetam seu valor justo.

No caso dos certificados de operações estruturadas (contratos híbridos), o Banco possui apenas operações onde o componente principal é passivo financeiro. Dessa forma é considerado a valor justo apenas a porção do derivativo embutido, observado a representação de forma segregada estabelecida pelo Art. 11 da Resolução CMN nº 4.966.

Em alguns casos, dado prazos mais longos, os ativos objetos possuem liquidez reduzida e muitas vezes não observáveis, nesses casos é utilizado o método de extrapolação a partir de dados observáveis e, por conservadorismo, são classificados como nível 3.

A tabela abaixo representa o tipo de ativo objeto e o prazo o qual o método de extrapolação é utilizado:

Ativo objeto	Ação	Índice	Fundos	ETF	ADR
Horizonte de dados observáveis do ativo objeto	Acima de 3 anos	Acima de 5 anos	acima de 2 anos	acima de 3 anos	acima de 3 anos

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

Nível 1 - são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficiente para fornecer informações de precificação continuamente.

Nível 2 - são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não

são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (market makers), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

Nível 3 - são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Não houve transferências de ativos ou passivos financeiros entre Níveis 1, 2 e 3 no semestre findo em 30 de junho de 2026 e no exercício findo em 31 dezembro de 2025.

As tabelas a seguir mostram um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo agregados entre os níveis 1, 2 e 3 nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo:

06.2026

Ativos Financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ao valor Justo por meio do Resultado	-	14.538.353	53.610	14.591.963
Títulos e Valores Mobiliários	-	10.148.169	-	10.148.169
Titulos Públicos	-	1.617.987	-	1.617.987
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	1.224.787	-	1.224.787
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	4	-	4
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	393.196	-	393.196
Cotas de Fundos de Investimentos	-	8.530.182	-	8.530.182
Cotas de Fundos de Investimentos	-	8.530.182	-	8.530.182
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.390.183	53.610	4.443.794
Câmbio	-	146	-	146
Swap	-	1.865.056	34.735	1.899.791
NDF	-	1.204.147	18.875	1.223.022
Termo	-	42.939	-	42.939
Opções	-	1.109.578	-	1.109.578
Commodities	-	168.318	-	168.318
Passivos Financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ao valor Justo por meio do Resultado	-	(4.166.148)	(267.233)	(4.433.381)
Certificado de Operações Estruturadas	-	(440.825)	(218.882)	(659.707)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(3.725.323)	(48.351)	(3.773.674)
Câmbio	-	(105)	-	(105)
Swap	-	(1.855.142)	(48.351)	(1.903.493)
NDF	-	(1.211.088)	-	(1.211.088)
Termo	-	(42.939)	-	(42.939)
Opções	-	(448.547)	-	(448.547)
Commodities	-	(167.502)	-	(167.502)

12.2025				
Ativos Financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ao valor Justo por meio do Resultado	-	21.217.037	34.629	21.251.666
Operações Compromissadas	-	5.178.995	-	5.178.995
Títulos e Valores Mobiliários	-	9.468.945	-	9.468.945
Titulos Públicos	-	143.338	-	143.338
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	78.496	-	78.496
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	2.434	-	2.434
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	62.408	-	62.408
Cotas de Fundos de Investimentos	-	9.325.607	-	9.325.607
Cotas de Fundos de Investimentos	-	9.325.607	-	9.325.607
Instrumentos financeiros derivativos	-	6.569.097	34.629	6.603.726
Câmbio	-	1.494	-	1.494
Swap	-	2.591.356	4.577	2.595.933
NDF	-	1.837.888	29.948	1.867.836
Termo	-	1.074.295	-	1.074.295
Opções	-	896.614	104	896.718
Commodities	-	167.450	-	167.450
Passivos Financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ao valor Justo por meio do Resultado	-	(6.686.655)	(52.521)	(6.739.176)
Certificado de Operações Estruturadas	-	(442.625)	(16.268)	(458.893)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(6.244.030)	(36.253)	(6.280.283)
Câmbio	-	(221)	-	(221)
Swap	-	(2.671.002)	(36.121)	(2.707.123)
NDF	-	(1.913.964)	(28)	(1.913.992)
Termo	-	(1.074.295)	-	(1.074.295)
Opções	-	(418.614)	(104)	(418.718)
Commodities	-	(165.934)	-	(165.934)

Análise de sensibilidade de operações nível 3

A tabela a seguir, fornece a análise de sensibilidade desses valores justos e a metodologia aplicada na apuração do valor justo do instrumento financeiro classificado como nível 3:

Em milhares de reais

Valor Justo	Técnica de Valorização	Dados não observáveis / Sensibilidade da mudança do valor justo utilizando dados não observáveis significativos (Nível 3)		Faixa	Média
Ativos Financeiros					
ao Valor Justo por meio do Resultado					
Instrumentos financeiros derivativos					
NDF	18.875	Modelo de opção	Volatilidade da moeda	4,4% to 5,2%	Mean 5,1%, Median 5,2%
		Modelo de opção	Correlação entre moedas	10% to 50%	Mean 26,7%, Median - 20%

Banco Morgan Stanley S.A.
Demonstrações Financeiras em
30 de junho de 2026

Swap	34.735	Modelo de opção	Volatilidade da moeda	4,4% to 5,2%	Mean 5,1%, Median 5,2%
		Modelo de opção	Correlação entre moedas	10% to 50%	Mean 26,7%, Median 20%
Passivos Financeiros					
ao Valor Justo por meio do Resultado					
Certificado de Operações Estruturadas	(218.882)	Modelo de opção	Volatilidade da moeda	23% to 88%	44%
			Volatilidade da Curva	-1% to 0%	0%
			Correlação Cambial	-65% to -24%	-39%
Swap	(48.351)	Modelo de opção	Volatilidade da moeda	4,4% to 5,2%	Mean 6%, Median 6%
			Correlação entre moedas	10% to 50%	Mean 26,7%, Median 20%

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os instrumentos financeiros derivativos apresentavam os seguintes prazos de vencimento:

Banco Morgan Stanley S.A.
Demonstrações Financeiras em
30 de junho de 2026

	06.2026					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Contratos de Câmbio						
Diferencial a receber	146	-	-	-	-	146
Diferencial a pagar	(117)	-	-	-	-	(117)
Contratos de swaps						
Diferencial a receber	56.951	94.117	476.671	927.974	344.078	1.899.791
Diferencial a pagar	(56.563)	(95.645)	(471.553)	(922.783)	(357.253)	(1.903.797)
Contratos de NDF						
Diferencial a receber	688.189	478.858	37.099	-	18.875	1.223.021
Diferencial a pagar	(701.717)	(472.641)	(36.730)	-	-	(1.211.088)
Contratos de termo						
Diferencial a receber	42.939	-	-	-	-	42.939
Diferencial a pagar	(42.939)	-	-	-	-	(42.939)
Contratos de commodities						
Diferencial a receber	94.797	65.284	8.237	-	-	168.318
Diferencial a pagar	(93.893)	(65.414)	(8.195)	-	-	(167.502)
Contratos de opções						
Prêmio a exercer	113.758	290.270	379.602	295.385	30.563	1.109.578
Prêmio a pagar	(114.595)	(290.274)	(379.697)	(293.400)	(30.288)	(1.108.254)
Total						
Diferencial a receber	996.634	928.529	901.609	1.223.359	393.516	4.443.647
Diferencial a pagar	(1.009.707)	(923.974)	(896.175)	(1.216.183)	(387.541)	(4.433.580)
Contas de compensação (valor referencial)						
Swap	3.403.770	4.645.685	13.497.555	14.097.090	11.493.542	47.137.642
NDF	110.114.201	22.411.519	2.525.933	-	284.896	135.336.549
Operações a termo	41.625	-	-	-	-	41.625
Opções	7.083.134	9.688.617	6.739.217	645.240	49.740	24.205.948
Futuros	223.647	1.025.267	-	-	-	1.248.914
Commodities	2.497.007	1.178.437	213.578	-	-	3.889.022
TOTAL	123.363.384	38.949.525	22.976.283	14.742.330	11.828.178	211.859.700

Banco Morgan Stanley S.A.
Demonstrações Financeiras em
30 de junho de 2026

	12.2025					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Contratos de Câmbio						
Diferencial a receber	1.494	-	-	-	-	1.494
Diferencial a pagar	(221)	-	-	-	-	(221)
Contratos de swaps						
Diferencial a receber	592.086	165.469	453.534	292.120	1.092.725	2.595.934
Diferencial a pagar	(619.573)	(171.219)	(451.061)	(304.037)	(1.161.233)	(2.707.123)
Contratos de NDF						
Diferencial a receber	1.393.361	307.745	21.185	64.764	80.781	1.867.836
Diferencial a pagar	(1.460.071)	(308.345)	(21.860)	(69.289)	(54.427)	(1.913.992)
Contratos de termo						
Diferencial a receber	-	-	1.074.295	-	-	1.074.295
Diferencial a pagar	-	-	(1.074.295)	-	-	(1.074.295)
Contratos de commodities						
Diferencial a receber	60.140	99.491	7.819	-	-	167.450
Diferencial a pagar	(59.369)	(98.725)	(7.840)	-	-	(165.934)
Contratos de opções						
Prêmio a exercer	80.696	292.136	350.150	159.042	14.694	896.718
Prêmio a pagar	(77.226)	(285.761)	(349.512)	(150.534)	(14.578)	(877.611)
Total						
Diferencial a receber	2.126.283	864.841	1.906.983	515.926	1.188.200	6.602.233
Diferencial a pagar	(2.216.239)	(864.050)	(1.904.568)	(523.860)	(1.230.238)	(6.738.955)
Contas de compensação (valor referencial)						
Swap	11.508.294	6.302.050	13.966.889	6.793.662	31.006.713	69.577.608
NDF	114.682.396	18.337.100	1.747.703	2.123.243	2.664.958	139.555.400
Operações a termo	-	-	-	1.074.573	-	1.074.573
Opções	13.571.614	18.107.519	5.232.554	511.778	36.549	37.460.014
Futuros	-	-	-	78.457	-	78.457
Commodities	3.068.324	5.324	691.769	-	-	3.765.417
TOTAL	142.830.628	42.751.993	21.638.915	10.581.713	33.708.220	251.511.469

7 Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

06.2026				
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Ativos financeiros associados ao risco de crédito				
Ao custo amortizado				
Recebíveis de clientes	2.398	-	606.795	609.193
Provisão para perdas esperadas	-	-	(374.327)	(374.327)
12.2025				
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Ativos financeiros associados ao risco de crédito				
Ao custo amortizado				
Recebíveis de clientes	-	-	73.552	73.552
Provisão para perdas esperadas	-	-	(73.552)	(73.552)

Não houve movimentação entre os estágios, durante o primeiro semestre de 2026.

8 Outros ativos

	06.2026	12.2025
Valores a receber ligadas (*)	9.811	27.515
Ajuste compensatório de preço de transferência (*)	108.971	32.126
Adiantamentos e antecipações salariais	5.624	3.067
Adiantamentos a fornecedores	2.165	1.001
Antecipação FGC	12.861	-
Depósitos judiciais	1.432	-
Outros	414	1.432
Total	141.278	65.141

(*) Vide nota explicativa nº 15 de Partes relacionadas.

9 Impostos diferidos e correntes

a. Créditos tributários

- **Natureza e origem** - Os créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$ 329.885, decorrem substancialmente de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de reconhecimento de receitas, despesas e ajustes. A composição do saldo está concentrada, principalmente, em valores relacionados à remuneração variável, que representa o maior componente, seguida pelos ajustes a valor de mercado de derivativos e pela provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Tais diferenças geram ativo fiscal diferido, cuja realização ocorrerá à medida que os respectivos valores se tornem dedutíveis para fins fiscais, conforme a legislação aplicável.
- **Crítérios de constituição** - Os créditos tributários foram registrados contabilmente de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional

nº 4.842/20, de 30 de julho de 2020, constituídos à alíquota de 25% para Imposto de Renda, no montante de R\$ 183.269, e 20% para os créditos tributários para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, no montante de R\$ 146.616.

Em 30 de junho de 2026, em conformidade com o prazo máximo de dez anos para realização de ativo fiscal diferido estabelecido pela referida resolução, o Banco identificou créditos tributários de Imposto de Renda, no montante de R\$ 644, e de Contribuição Social, no montante de R\$ 515, cuja expectativa de realização ocorre nos anos de 2037 e 2044. Considerando que a realização estimada excede o prazo regulamentar aplicável, tais créditos não foram registrados contabilmente.

	2026
Diferenças temporárias	
Ajuste ao valor de mercado	86.173
Provisão para bônus, gratificação periódica, contingências e taxa de juros efetiva	160.489
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	83.223
Total dos Créditos tributários ativos	329.885
Passivo Diferido sobre diferenças temporárias	<u>(42.503)</u>
Total líquido dos créditos tributários	<u>287.382</u>

- **Expectativa de realização** - Conforme tabela abaixo:

Exercício	Crédito tributário	Valor presente (*)
2026	199.536	181.686
2027	91.332	75.580
2028	24.629	20.294
2029	8.820	7.191
2030	1.924	1.595
2031	1.537	1.352
2032	1.460	1.112
2033	296	251
2036	351	289
Total	329.885	289.350

(*) O valor presente dos créditos tributários foi calculado com base nas curvas de juros pré- fixados em reais, considerando as realizações no decorrer de cada exercício.

- **Valores constituídos e baixados no semestre** - A movimentação dos créditos tributários ativos no semestre findo em 30 de junho de 2026 pode ser demonstrada como segue:

	2026	
	Adições temporárias	Total
Saldo Inicial em 31/12/2025	246.598	246.598
Constituição no exercício	170.603	170.603
(Reversão)	(38.180)	(38.180)
(Realização)	(49.136)	(49.136)
Saldo Final em 30/06/2026	329.885	329.885

b. Passivos por impostos correntes

	06.2026	12.2025
Passivos por impostos correntes:		
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	332.758	232.154
Outros impostos e contribuições a recolher	14.248	19.479
Total impostos correntes	347.006	251.630

10 Imobilizado de uso

		06.2026			
<u>Descrição</u>	<u>Taxas de depreciação - %</u>	<u>Saldo Bruto</u>	<u>Aquisição/ (Alienação) no Exercício</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>
Instalações	20	38.100	1.212	(24.704)	14.608
Móveis e Equipamentos de uso	20	114.989	8.796	(94.035)	29.750
Direito de uso	20	-	33.171	(1.477)	31.693
Total	20	153.089	43.179	(120.216)	76.051

		12.2025			
<u>Descrição</u>	<u>Taxas de depreciação - %</u>	<u>Saldo Bruto</u>	<u>Aquisição/ (Alienação) no Exercício</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>
Instalações	20	38.100	-	(23.191)	14.909
Móveis e Equipamentos de uso	20	114.989	-	(84.975)	30.014
Total	20	153.089	-	(108.166)	44.923

11 Passivos financeiros

Os passivos financeiros contabilizados pelo seu valor justo e ao custo amortizado são apresentados na tabela a seguir:

	06.2026	12.2025
	Valor Justo	Valor Justo
Passivos financeiros	10.960.870	16.231.038
ao Valor Justo por meio do Resultado	4.433.381	6.739.176
Instrumentos financeiros derivativos (*)	3.773.674	6.280.283
Câmbio	105	221
Swap	1.903.493	2.707.123
NDF	1.211.088	1.913.992
Opções	448.547	418.718
Termo	42.939	1.074.295
Commodities	167.502	165.934
Certificado de Operações Estruturadas	659.707	458.893
	Valor Contábil	Valor Contábil
ao Custo Amortizado	6.527.489	9.491.862
Depósito a Prazo de Clientes	3.819.812	4.151.727
Operações compromissadas	-	2.836.341
Obrigações por empréstimo e repasses	32.833	52.243
Letras Financeiras	1.158.629	1.080.769
Certificado de Operações Estruturadas	1.514.001	1.363.000
Negociação e Intermediação de Valores	2.214	11
Outros Passivos Financeiros	-	7.771

Os passivos financeiros ao custo amortizado referem-se a operações de curto prazo e longo prazo com cláusula de resgate antecipado cujo valor contábil representa substancialmente o valor justo.

Obrigações por empréstimos e repasses refere-se na data base de 30 de junho de 2026 a operações de arrendamento, sendo este valor a respectiva obrigação a valor presente.

Os passivos financeiros apresentam os seguintes prazos de vencimentos:

	06.2026					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Total do Valor contábil
Depósitos à prazo de clientes	223.506	1.957.944	1.124.763	123.023	390.577	3.819.812
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	-	32.833	32.833
Letras Financeiras	-	1.038.180	120.449	-	-	1.158.629
Certificado de operações estruturadas	89.688	239.713	614.085	540.282	30.233	1.514.001
Negociação e Intermediação de Valores	2.214	-	-	-	-	2.214
Total	315.408	3.435.837	1.659.297	769.826	347.121	6.527.489

12.2025							Total do Valor contábil
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	
Depósitos a prazo de clientes	-	221.906	648.161	3.125.359	-	156.301	4.151.727
Operações Compromissadas	-	-	2.836.341	-	-	-	2.836.341
Obrigações por empréstimos e repasses		52.243	-	-	-	-	52.243
Letras Financeiras	-	-	-	1.080.769	-	-	1.080.769
Certificado de operações estruturadas	-	61.384	271.130	559.832	447.694	22.960	1.363.000
Negociação e Intermediação de Valores		11	-	-	-	-	11
Outros passivos Financeiros	=	<u>7.771</u>	=	=	=	=	<u>7.771</u>
Total	=	<u>343.315</u>	<u>3.755.632</u>	<u>4.765.960</u>	<u>447.694</u>	<u>179.261</u>	<u>9.491.862</u>

12 Outros passivos

	06.2026	12.2025
Provisão para despesas de pessoal	373.625	485.941
Valores a pagar a sociedades ligadas (*)	57.975	72.671
Comissões a pagar sobre operações estruturadas	17.868	19.983
Provisão para passivos contingentes	4.114	3.919
Ajuste compensatório de preço de transferência (*)	-	18.954
Juros sobre capital próprio	-	356.165
Outros	<u>2.267</u>	<u>4.025</u>
Total	<u>455.849</u>	<u>961.658</u>

(*) Vide nota explicativa nº 15 de Partes relacionadas.

13 Despesas de imposto de renda e contribuição social

	06.2026		06.2025	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes do imposto	575.646	575.646	685.377	716.087
Adições (exclusões) permanentes	2.587	2.587	(2.137)	(2.137)
Despesas indedutíveis	1.704	1.704	716	716
Incentivos	106	106	133	133
Receita atualização selic	-	-	(2.986)	(2.986)
Leasing	777	777	-	-

Adições (exclusões) temporárias	162.666	162.666	191.092	191.092
Valorização (desvalorização) a preço de mercado	(94.491)	(94.491)	46.208	46.208
Remuneração variável	145.575	145.575	86.639	86.639
Provisões (referente perda esperada associada ao risco de crédito, contingência e outros)	145.575	145.575	207	207
Base de cálculo	740.899	740.899	407.249	407.249
IR/CS apurado	(185.213)	(148.180)	(101.800)	(101.800)
Incentivos fiscais de dedução	(635)	-	(133)	-
IR/CS exercício anterior	(138)	(110)	-	-
IR / CS sobre o resultado do exercício	<u>(184.716)</u>	<u>(148.290)</u>	<u>(101.667)</u>	<u>(101.667)</u>
Ativo/Passivo fiscal diferido	40.161	32.128	31.484	31.484
IR/CS diferido exercício anterior	132	106	838	670
Total Líquido de IR/CS	<u>(144.423)</u>	<u>(116.056)</u>	<u>(69.345)</u>	<u>(55.593)</u>

14 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social está representado por 3.954.189 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de dezembro de 2025, aprovou o aumento de capital proposto pela administração no montante de R\$ 1.918.997 mediante a emissão de 1.918.997.330 novas ações ordinárias, sendo que R\$ 1.708.987 são provenientes da reserva estatutária e R\$ 210.010 da reserva legal da Sociedade, de acordo com o balancete patrimonial apurado em 30 de novembro de 2025.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2026, aprovou o aumento de capital proposto pela administração no montante de R\$ 302.741 (trezentos e dois milhões, setecentos e quarenta e um mil e seiscentos e setenta e sete reais), mediante a emissão de 302.740.677 (trezentos e dois milhões, setecentos e quarenta e um mil e seiscentos e setenta e sete) novas ações, mediante a utilização dos recursos oriundos dos juros a título de remuneração sobre o capital próprio. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central em 26 de junho de 2026.

b. Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação pertinente.

Em 31 de dezembro de 2025, foi aprovada a destinação de R\$ 356.165 mil a título de juros sobre capital próprio, calculados com base no lucro líquido estimado do exercício. Em 30 de abril de 2026, foi aprovado aumento de capital no montante de R\$ 302.741 mil, mediante a capitalização parcial desses valores, conforme descrito na Nota 14(a).

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2026 foi aprovada a não distribuição dos dividendos apurados em 31 de dezembro de 2025.

c. Reserva legal

O estatuto social prevê a destinação dos lucros, em 31 de dezembro de cada ano, após as deduções legais, para o fundo de reserva legal em 5%, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que essa reserva atinja 20% do capital social realizado.

d. Reserva estatutária

O saldo remanescente dos lucros então destinados, são alocados na conta de Reserva de Lucros – Estatutária, a fim de assegurar a adequação operacional e regulatória do Banco, podendo tal conta contábil ser utilizada para garantir futuros aumentos de capital ou, não havendo necessidade, para a realização de distribuição de dividendos.

e. Composição do Patrimônio líquido

A composição do patrimônio líquido em 30 de junho de 2026 era a seguinte:

	06.2026	12.2025
<i>Capital</i>		
Reservas de Lucros	4.404.675	4.101.934
Resultado abrangente	509.731	194.565
	167	52
Total do patrimônio líquido	4.914.573	4.296.551

15 Transações com partes relacionadas

O Banco mantém transações com partes relacionadas, as quais foram efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros ou pelo mercado, vigentes nas datas das operações.

Referem-se a:

Banco Morgan Stanley S.A.
Demonstrações Financeiras em
30 de junho de 2026

DESCRIÇÃO - OPERAÇÃO	CONTRAPARTE	VENCIMENTO	06.2026	12.2025
ATIVO				
Aplicação em moeda estrangeira	Morgan Stanley	1/7/2026	183.830	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	Caieiras Fundo de Invest. Multi Mercado - Investimento no Exterior	até 5 anos	2.071.093	2.207.922
	Kona FIF Multimercado Cred Privado Investimento no Exterior	até 5 anos	333.496	331.329
Outros Ativos	Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	30 dias	3.511	27.349
	Morgan Stanley Adm. Carteiras S.A.	30 dias	263	-
	Morgan Stanley Participações Ltda.	30 dias	206	-
	Morgan Stanley & Co. LLC (**)	até 1 ano	65.919	-
	Morgan Stanley Co. PLC (**)	até 1 ano	41.733	30.044
	M S Investment Mgmt LTD (**)	até 1 ano	656	1.128
	MS MUFG Securities Co. LTD (**)	até 1 ano	664	954
	Morgan Stanley Bank N.A. (**)	até 1 ano	5.828	11.302
PASSIVO				
Obrigações por Operações Compromissadas	Caieiras Fundo de Invest. Multi Mercado - FMIE	1/7/2025	-	(1.111.641)
		1/7/2025	-	(1.724.700)
Captações em Depósito Interfinanceiro	Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	30 dias	(1.880.532)	(956.833)
Captações em Depósito à Prazo	Kona FIF Multimercado Cred Privado Investimento no Exterior (*)	até 3 anos	(240.548)	(257.424)
	Morgan Stanley Adm. Carteiras S.A.	até 3 anos	(79.963)	(76.605)
	Puna FIF Multimercado Investimento no Exterior	até 3 anos	(12.941)	-
	Morgan Stanley Participações Ltda.	até 3 anos	(28.005)	(21.582)
Outros Passivos	Morgan Stanley	até 1 ano	(57.975)	-
	Morgan Stanley & Co. LLC (**)	até 1 ano	-	(18.954)
Obrigações por empréstimo em moeda estrangeira	Morgan Stanley		-	(52.243)
Instrumentos Financeiros Derivativos	Caieiras Fundo de Invest. Multi Mercado - Investimento no Exterior	até 5 anos	(1.800.687)	(2.019.660)
	Kona Fundo de Investimento Financeiro	acima de 10 anos	(225.060)	(319.035)
RESULTADO DO SEMESTRE			06.2026	06.2025
Despesas de captações em Depósito à prazo	Caieiras Fundo de Invest. Multi Mercado - Investimento no Exterior		(20.464)	(61.700)
	Kona FIF Multimercado Cred Privado Investimento no Exterior (*)		(30.465)	(105.437)
	Morgan Stanley Adm. Carteiras S.A.		(5.070)	(6.770)
	Morgan Stanley Participações Ltda.		(1.430)	(3.628)
	Puna FIF Multimercado Investimento no Exterior		(15)	-
	Fórmula XVI Fundo de Invest. Multimercado - Investimento no Exterior		-	(3)
Despesas com operações compromissadas e Depósito interfinanceiros	Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.		(119.648)	(93.710)
	Caieiras Fundo de Invest. Multi Mercado - FMIE		(24.332)	(70.354)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	Caieiras Fundo de Invest. Multi Mercado - Investimento no Exterior		455.331	939.447
	Kona FIF Multimercado Cred Privado Investimento no Exterior (*)		108.437	(49.022)
Receitas de Prestação de Serviços	Morgan Stanley Bank N.A. (**)		5.649	-
Outras Receitas Operacionais	Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.		19.379	16.111
	Morgan Stanley Participações Ltda.		1.243	1.128
	Morgan Stanley Adm. Carteiras S.A.		1.472	1.637
	Morgan Stanley Co. LLC (**)		581.085	106.576
	Morgan Stanley Co. PLC (**)		184.606	102.635
	M S Investment Mgmt LTD (**)		636	525
	MS MUFG Securities Co. LTD (**)		645	455

(*) Os Certificados de Depósito Bancário emitidos para o Kona FIF Multimercado Cred Privado Investimento no Exterior, estão bloqueados em alienação fiduciária para garantir a exposição decorrente de instrumentos financeiros derivativos.

(**) O Grupo Morgan Stanley tem ainda, políticas globais de preços de transferência em vigor entre as entidades controladora e suas subsidiárias consolidadas consistentes com os padrões internacionais recomendados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE e a regulamentação em vigor.

O grau de relacionamento das empresas do Grupo, as quais o Banco possuía transações em 30 de Junho de 2026 é:

- Caieiras Fundo de Invest. Multimercado - FMIE: cotista exclusivo do fundo e também compõe o Conglomerado Prudencial.
- Demais empresas: empresas relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos administradores considera os valores provisionados e pagos aos diretores estatutários, conforme descrito abaixo:

	06.2026	06.2025
Benefícios de curto prazo a administradores		
Proventos	26.979	25.187
Encargos sociais	9.362	8.740
 Benefício de longo prazo a administradores		
Plano de remuneração com base em ações (1)	28.537	24.404
Encargos sociais sobre benefícios longo prazo	9.902	8.468

- (1) Refere-se à remuneração com pagamento baseado em ações da Matriz, sediada no exterior.

Obrigações com benefícios de aposentadoria

O Banco oferece plano de benefício de aposentadoria suplementar de contribuição definida. A despesa no resultado representa as contribuições realizadas pelo Banco em igual valor àquelas realizadas pelos funcionários e administradores durante o ano.

Planos de incentivo em ações

O Banco participa de planos globais de incentivos com base em ações do Morgan Stanley, os quais atribuem promessas de pagamentos futuros baseados em ações da Matriz aos seus funcionários e administradores, desde que cumpridas determinadas condições, tais como sua permanência no grupo, geralmente dois a três anos a partir da data da concessão. Parte do incentivo pode ser cancelado se o vínculo com o funcionário ou administrador for terminado antes do final do período de “amadurecimento” (“*vesting period*”) e a totalidade do incentivo pode ser cancelada em algumas situações limitadas, incluindo a rescisão do vínculo com o funcionário e administrador por justa causa durante o “*vesting period*”.

No decorrer do 1º. semestre de 2026, Morgan Stanley outorgou 70.067 unidades de ações para os funcionários elegíveis do Conglomerado Morgan Stanley no Brasil a um valor médio de US\$ 190,89, considerando o valor de mercado das ações do Morgan Stanley nas respectivas datas de outorga.

Outros planos de compensação diferida

O Banco mantém planos de remuneração diferida para certos funcionários e administradores, os quais preveem o diferimento de parte da remuneração discricionária acrescido da performance de certos investimentos referendados. A obtenção destes incentivos estão sujeitas ao cumprimento de determinadas condições, tais como a permanência no grupo por período que pode variar de 6 meses a 3 anos da data da concessão. A totalidade ou uma parte dos incentivos pode ser cancelada se o vínculo com o funcionário ou administrador for terminado antes do final do “*vesting period*”. Os planos são liquidados em dinheiro ao final do período do “*vesting period*”.

16 Contingências

Em 30 de Junho de 2026, o Banco possuía passivos contingentes provisionados de natureza trabalhista no montante de R\$ 4.114 (12.2025 - R\$ 3.919), com relação aos quais a possibilidade de perda é considerada provável, com base na análise de assessor jurídico externo.

	06.2026
	Trabalhista
Saldo final período anterior	3.919
Atualizações no período	195
Reversões no período	-
Total	<u>4.114</u>
	12.2025
	Trabalhista
Saldo final período anterior	4.785
Atualizações no período	317
Reversões no período	(1.183)
Total	<u>3.919</u>

O Banco discute administrativamente uma autuação fiscal da Receita Federal do Brasil referente Contribuições Previdenciárias Patronais relacionadas aos anos de 2014 e 2015. O montante total em discussão é de R\$ 5.353, cuja possibilidade de perda é classificada como possível, com base na análise dos assessores jurídicos.

O Banco não possuía outros processos materiais com possibilidade de perda provável ou possível, além dos já mencionados. Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

17 Outras informações

a. Despesas tributárias

As despesas tributárias referem-se a:

	06.2026	06.2025
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(19.938)	(22.276)
Imposto sobre Serviços - ISS	(2.658)	(7)
Programa de Integração Social - PIS	(3.240)	(3.620)
Outras	<u>(2.815)</u>	<u>(9.698)</u>
	<u>(28.651)</u>	<u>(35.602)</u>

b. Outras despesas administrativas

	06.2026	06.2025
Despesas de prestação de serviços de terceiros	(3.169)	(3.094)
Despesas de prestação de serviços técnicos especializados (*)	(4.170)	(4.435)
Depreciação e amortização	(12.050)	(10.638)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(87.394)	(71.673)
Despesas de aluguéis e condomínio	(5.607)	(7.293)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(2.299)	(1.736)
Despesas de viagens	(7.472)	(6.613)
Outras	<u>(7.764)</u>	<u>(6.163)</u>
Total	<u>(129.927)</u>	<u>(111.644)</u>

(*) Incluem despesas com auditoria externa, cujo montante total anual para o grupo é de R\$ 1.249.

c. Despesas de pessoal

Estão representadas por:

	06.2026	06.2025
Despesas de pessoal - Proventos	(209.110)	(181.611)
Despesas de pessoal - Encargos sociais	(71.546)	(63.091)
Despesas de pessoal - Benefícios	(10.397)	(10.578)
Despesas de pessoal - Despesas com remuneração de estagiários	(861)	(674)
Despesas de pessoal - Despesas com treinamento	<u>(270)</u>	<u>(425)</u>
Total	<u>(292.184)</u>	<u>(256.379)</u>

d. Despesas de honorários

Correspondem a despesas de honorários de diretoria no montante de R\$ 55.516 no semestre findo em 30 de junho de 2026 (06.2025 – R\$ 49.591).

e. Outras despesas operacionais

	06.2026	06.2025
Despesa de variação cambial	(19.158)	(1.018)
Despesas com clientes	-	(237)
Prejuízo na venda de operação	(7.271)	-
Outros	(1.619)	(3.025)
	<u>(28.048)</u>	<u>(4.280)</u>
Total	<u>(28.048)</u>	<u>(4.280)</u>

f. Outras receitas operacionais

	06.2026	06.2025
Ajuste Compensatório de preço de transferência (*)	766.845	210.196
Variações monetárias	38.956	2.986
Receita de clientes	4.776	10.360
Outras	97	-
	<u>810.674</u>	<u>223.542</u>
Total	<u>810.674</u>	<u>223.542</u>

(*) Vide nota nº 15 de Partes relacionadas

g. Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basileia)

O índice da Basileia apurado pelo Conglomerado Prudencial, que possui o Banco Morgan como instituição líder em 30 de junho de 2026 é de 28,73% (12.2025 - 22,52%)

h. Limite Operacional - Acordo da Basileia III

Fator de ponderação de risco	06.2026	12.2025
RWA - Risco de Crédito - Abordagem Padronizada - RWAcpad	6.642.365	7.722.984
RWA - Risco de Mercado - RWAmcpad	14.315.181	17.993.058
RWA - Risco Operacional - Abordagem Padronizada - RWAopad	4.166.596	2.407.899
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	25.124.142	28.123.941
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	2.009.931	2.249.915
Patrimônio de Referência para comparação com o RWA	7.217.200	6.334.157
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	5.207.269	4.084.242
Índice da Basileia = PR*8%/(Patrimônio de Referência Mínimo Requerido - RWA)	28,73%	22,52%
Razão de Alavancagem	27,14%	22,47%

Composição do Patrimônio de Referência Requerido - Basileia III

	06.2026	12.2025
Patrimônio de Referência Nível I para comparação com RWA	7.217.200	6.334.157
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I requerido	5.709.752	4.646.720
Patrimônio de Referência Nível I	7.217.200	6.334.157
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo requerido para o RWA	1.507.448	1.687.436
Margem sobre o Capital Principal Requerido	6.086.614	5.068.579
Capital Principal para comparação com RWA	7.217.200	6.334.157
Capital Principal - CP	7.217.200	6.334.157
Capital Principal Mínimo requerido para o RWA	1.130.586	1.265.578
Margem sobre o PR considerando o Capital para cobertura do Risco de Tx de juros da carteira bancária e o ACP	4.440.114	3.326.495
Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA e para RBAN	2.148.983	2.304.563
Valor do Capital para cobertura do Risco de Tx juros da Carteira Bancária	139.052	54.648
Capital Principal Mínimo requerido para manutenção de instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	1.287.612	1.441.352
Capital Principal Mínimo requerido para manutenção de instrumentos elegíveis ao Nível II	1.130.586	1.265.577
Adicional de Capital Principal Mínimo requerido para o RWA	628.104	703.098
Patrimônio de Referência para Limite de Imobilização	7.217.200	6.334.157
Limite para Imobilização	3.608.600	3.167.078
Valor da situação para o Limite de Imobilização	108.875	50.576
Valor da Margem (limite de imobilização)	3.499.725	3.116.502

18 Gerenciamento de risco

c. Introdução e visão geral

A Administração acredita que a gestão efetiva de riscos é vital para o sucesso do Banco e consequentemente mantém um ambiente de gerenciamento de riscos que visa abranger as diversas atividades dos departamentos em uma estrutura gerencial integrada facilitando a incorporação da avaliação de risco no processo decisório através das diversas partes do Banco.

O Morgan Stanley possui políticas globais da controladora e políticas locais para identificar, monitorar e gerenciar os riscos significativos nas suas atividades, bem como em suas funções de suporte ao negócio. Os principais riscos nos negócios da companhia incluem riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional.

O fundamento da filosofia de gerenciamento de risco do Morgan Stanley é a execução da sua atividade em busca de retornos adequados através de uma prudente utilização dos riscos que proteja o capital e imagem da companhia. Para garantir a eficácia do gerenciamento de riscos, componente essencial da reputação da Instituição, a Administração requer a comunicação frequente e abrangente das informações relacionadas à gestão de risco bem como a sua devida divulgação.

Gerenciamento de risco

A instituição está exposta a diversos tipos de risco decorrentes de fatores internos e externos em função das características dos mercados em que atua.

Os Departamentos de Risco Operacional, Risco de Mercado e Risco de Crédito reportam-se a seus respectivos departamentos em Nova Iorque e a Diretoria de Risco no Brasil. O Risco de Liquidez, por sua vez, é responsabilidade da Tesouraria Corporativa que responde técnica e administrativamente para a Tesouraria Corporativa Global e para a Diretoria Financeira Local. A estrutura específica de gerenciamento dos principais riscos a que a instituição está sujeita Mercado, Crédito, Operacional e Liquidez são destacados a seguir:

d. Risco de crédito

O Banco entende ser de extrema relevância assegurar o entendimento e a confiança na qualidade do gerenciamento do Risco de Crédito do Banco através da comunicação para a alta administração em Nova Iorque, no Brasil e partes interessadas (incluindo acionistas, agências de classificação de risco de crédito, contrapartes e órgãos reguladores globalmente). Assim, o Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito no Brasil foi estruturado de forma que a alta administração em Nova Iorque e no Brasil tenham bom entendimento acerca das políticas, responsabilidades e ações do Departamento no Brasil.

As principais responsabilidades do Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito consistem em avaliar, classificar e definir limites às contrapartes do Banco, e, se houverem, monitorar e gerenciar riscos decorrentes das exposições existentes que estejam relacionadas a operações de empréstimos e financiamento, bem como aos demais instrumentos financeiros.

Risco de Crédito refere-se ao risco de perda decorrente quando uma contraparte não cumpre suas obrigações financeiras. O Morgan Stanley incorre em exposição de risco de crédito para instituições e investidores sofisticados. No Brasil, este risco pode surgir de uma variedade de atividades, incluindo, mas não limitado a, celebrar contratos de swap ou outros derivativos em que as contrapartes têm obrigações para realizar pagamentos ao Morgan Stanley; e depositando margem e/ou colateral para câmaras de compensação, bolsas de valores e de mercadoria e futuros, bancos, corretoras e outras contrapartes financeiras.

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Morgan Stanley visa refletir o que cada um dos seus negócios gera de Riscos de Crédito, e o Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito estabelece as práticas globais para avaliar, monitorar e controlar a exposição de crédito dentro e entre segmentos de negócios. O Morgan Stanley estabelece limites de crédito como uma das principais ferramentas utilizadas para avaliar e gerenciar níveis de risco de crédito em todo o Morgan Stanley. O quadro de limites de crédito é calibrado considerando a tolerância de risco do Morgan Stanley. O Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito é responsável por

garantir a transparência dos riscos de crédito relevante, assegurar o cumprimento dos limites estabelecidos, aprovar as extensões materiais de crédito e adereçar concentrações de riscos para a autoridade sênior apropriada. A exposição de risco de crédito é gerenciada por profissionais de crédito e por comitês do Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito e através de vários comitês de risco, os quais incluem membros do Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito. O Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito também trabalha conjuntamente com o Departamento de Risco de Mercado e unidades de negócio para monitorar as exposições de risco.

Os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima do crédito estão divulgados na nota explicativa nº 6.

Contratos de derivativos

No curso normal dos negócios, o Morgan Stanley é parte de uma variedade de contratos de derivativos relacionados a instrumentos financeiros e commodities. O Morgan Stanley utiliza estes instrumentos para trading e hedging, bem como para o gerenciamento de ativos e passivos. Estes instrumentos geralmente representam compromissos futuros de swap de juros, moedas, ou compra ou venda de commodities e outros instrumentos financeiros em termos e datas futuras específicas. Muitos desses produtos possuem vencimentos que não ultrapassam um ano, embora os swaps e as opções normalmente possuam prazos mais longos.

O Morgan Stanley incorre em risco de crédito uma vez que atua no mercado de balcão de derivativos. O risco de crédito relacionado aos instrumentos de derivativos ocorre caso uma contraparte não cumpra os termos do contrato. A exposição de risco de crédito do Morgan Stanley em qualquer momento é representada pelo valor justo dos contratos de derivativos reportados como ativos líquidos de eventuais posições de caixa recebidas em garantia. O valor justo dos derivativos representa a quantia pelo qual o derivativo pode ser realizado em uma transação entre os participantes no mercado.

Além do controle e do gerenciamento de riscos de crédito referenciados ao valor justo atual do instrumento de derivativos, o Morgan Stanley controla e gerencia exposições de crédito relacionadas à exposição potencial. Exposição potencial é uma estimativa da exposição, dentro de um nível de confiança especificado, que pode se tornar exposição real ao longo do tempo com base em movimentos de mercado.

Análise de risco de crédito

O Gerenciamento do risco de crédito realiza-se com foco na transação, na contraparte e no portfólio. A fim de proteger o Morgan Stanley contra perdas resultantes dessas atividades, o Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito analisa os riscos das operações de derivativos, reavalia a solidez das contrapartes regularmente de acordo com a política estabelecida e monitora ativamente a exposição de crédito da contraparte. O Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito atribui ratings de crédito para contrapartes, que refletem uma avaliação da probabilidade de uma contraparte não honrar com os compromissos assumidos nas operações de derivativos.

Redução do risco

O Morgan Stanley pode decidir atenuar o risco de crédito de suas operações de derivativos de várias maneiras. Na transação, o Morgan Stanley pode decidir reduzir os riscos através do

gerenciamento de elementos principais de risco tais como volume, prazo, restrições financeiras (covenants), subordinação e garantias.

O Morgan Stanley protege a sua exposição à derivativos através de vários instrumentos financeiros que podem incluir uma contraparte individual, um portfólio ou derivativos de crédito estruturados.

Eventualmente, o Banco pode atuar em atividades que resultem em transações com características de operações de crédito. Neste caso, similarmente às operações de derivativos, o Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito analisa os riscos das transações, reavaliando a solidez das contrapartes. O Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito também atribui ratings de crédito, que refletem uma avaliação da probabilidade de uma contraparte não honrar com os compromissos assumidos nas transações.

e. Risco de mercado

O risco de mercado é uma parte inerente das atividades de negócios do Conglomerado Morgan Stanley. O risco de mercado refere-se ao risco de uma ou mais mudanças nos níveis de preços de mercado, taxas de juros, índices, volatilidades ou outros fatores de mercado, que possam resultar em perdas para uma posição ou carteira do Conglomerado Morgan Stanley.

Estrutura de Governança e Gerenciamento de Riscos de Mercado

A Diretoria do Conglomerado Morgan Stanley aprova a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado e conta com o auxílio do Comitê de Riscos Brasil na supervisão da estrutura e das diretrizes para a avaliação e o gerenciamento desse risco. O Comitê de Riscos Brasil supervisiona as exposições ao risco de mercado e é responsável por assegurar que os mesmos sejam monitorados e reportados de forma correta. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado é composta pelo Comitê de Riscos Brasil e pelo Departamento de Risco de Mercado e Liquidez (“MRD/LRD”). Além disso, as Unidades de Negócios (“Bus”) também são responsáveis por gerenciar as exposições ao risco de mercado. Desta forma, todos são responsáveis por assegurar que o perfil de risco do Conglomerado Morgan Stanley esteja compreendido dentro da estrutura de limites estabelecida e aprovada.

As principais atribuições do MRD/LRD são:

- Identificar, mensurar e avaliar os riscos de mercado decorrentes das atividades bancárias do Conglomerado Morgan Stanley;
- Propor limites de risco de mercado;
- Monitorar e reportar as exposições ao risco contra os limites;
- Assegurar que os controles de risco de mercado estão em uso e são efetivos;
- Auxiliar o Diretor de Riscos do Conglomerado Morgan Stanley nos assuntos pertinentes ao risco de mercado e assegurar escalonamento de problemas relevantes;
- Revisar a aderência do Conglomerado Morgan Stanley aos requerimentos regulatórios;
- Revisar, ao menos anualmente, e recomendar atualizações para a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado.

Mensuração e Modelagem do Risco de Mercado

MRD/LRD mensura as exposições ao risco de mercado entre as diversas carteiras do Conglomerado Morgan Stanley utilizando uma ampla gama de fatores e sensibilidades consistentes com a complexidade de seus produtos. A modelagem do risco de mercado inclui, entre outras medidas, o cálculo do VaR (“Value at Risk”).

Como resultado de suas atividades de formação de mercado e geração de liquidez, o Conglomerado Morgan Stanley está exposto, principalmente, a riscos de perdas decorrentes da variação das taxas de juros, taxas de câmbio e preços de ações e *commodities*. O Conglomerado Morgan Stanley está exposto também à volatilidade desses fatores de risco.

As atividades das quais essas exposições emergem e os mercados nos quais o Conglomerado Morgan Stanley é participante ativo incluem: títulos públicos, ações, derivativos de juros, derivativos de câmbio e derivativos de ações.

Tais riscos são mensurados com as ferramentas apropriadas, incluindo cálculos de sensibilidade a fatores de risco de mercado e monitorados através do estabelecimento de limites. A tabela abaixo mostra a sensibilidade à variação de 1 ponto base (1 basis point) na estrutura a termo de taxa de juros em Reais:

Data	De 6					Total
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Junho 2026	8.720	(65.035)	64.135	68.591	(33.861)	(42.100)
Dezembro 2025	(64.758)	24.821	13.101	67.790	(46.691)	(5.737)

Value at Risk (VaR)

O VaR é um método estatístico padrão do setor para cálculo da perda máxima de uma carteira que é possível estimar no decorrer de determinado intervalo de tempo e com um nível específico de confiança. O VaR agrega os riscos associados as carteiras com vários ativos em um único valor.

O cálculo do VaR é baseado em um modelo de simulação histórica dos principais fatores de risco de mercado. Simulação histórica envolve a construção de uma distribuição de mudanças hipotéticas diárias no valor das carteiras, baseada em duas variáveis: observação histórica de variações diárias nos principais fatores de risco e informação sobre a sensibilidade e a exposição da carteira à mudanças nesses fatores.

O modelo de VaR do Conglomerado Morgan Stanley evolui em resposta a mudanças na composição das carteiras e em resposta a melhorias nas técnicas de modelagem e na capacidade de processamento. O Conglomerado Morgan Stanley continuamente revisa a metodologia do cálculo do VaR, assim como as premissas nas quais os modelos são baseados, no sentido de capturar a natureza dinâmica do mercado.

Dentre outros benefícios, VaR nos permite agregar o risco de mercado de uma carteira para uma grande variedade de fatores de risco de mercado, levando em consideração a redução de risco obtida através da diversificação ou *hedging* da carteira.

As limitações dos modelos de cálculo do VaR também devem ser entendidas. As principais limitações são:

1. Futuras mudanças nos principais fatores de risco não serão necessariamente compatíveis com período de observações históricas utilizadas no cálculo do VaR.

2. Mudanças reais no valor da carteira podem ser diferentes daquelas calculadas nos modelos de VaR, principalmente quando da existência de carteiras com derivativos complexos.
3. Os períodos de 01 ou 10 dias tipicamente utilizados no cálculo do VaR não capturam, necessariamente, o risco de posições que não podem ser liquidadas ou *hedgeadas* em tão curto espaço de tempo.
4. VaR parte do princípio que a carteira manter-se-á constante, deixando de capturar mudanças no perfil de risco que possam vir a ocorrer no futuro.
5. VaR não diz nada a respeito das perdas com probabilidade menor do que o grau de confiança utilizado no cálculo.

O Banco Morgan Stanley está ciente dessas e outras limitações e, dessa forma, utiliza o VaR apenas como um dos componentes do processo de gerenciamento de risco. Esse processo também incorpora testes de estresse baseado em análise de sensibilidades, além do monitoramento e controle dos riscos em vários níveis: mesas de negociação, divisões, entidades legais e consolidado.

A tabela abaixo mostra o VaR (95%, 1 dia) das principais exposições do Conglomerado Morgan Stanley em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

Categoria	06.2026		12.2025	
	Exposição	VaR	Exposição	VaR
Taxa de Juros	12.341.217	332	30.195.794	144
Ações	(1.607.819)	10.557	(5.654.655)	13.844
Taxa de Câmbio	(1.463.808)	224	(241.108)	158
Outros	(7.369)	1.399	(7.372)	60
VaR Total		12.522		14.206

95%/ VaR diário 06.2026

Categoria de risco de mercado:	Final do período	Média	Máxima	Mínima
Taxa de Juros	332	738	21.311	(1.179)
Ações	10.567	11.606	30.255	4.769
Taxa de Câmbio	224	3.921	25.366	(1.288)
Outros	1.399	482	5.342	(1.754)
VaR Total Administrado	12.522	16.748	34.285	9.932

95%/ VaR diário 12.2025

Categoria de risco de mercado:	Final do período	Média	Máxima	Mínima
Taxa de Juros	144	1.463	13.971	144
Ações	13.844	15.683	22.579	9.854
Taxa de Câmbio	158	487	6.559	(659)
Outros	60	174	10.390	(699)
VaR Total Administrado	14.206	17.807	28.009	10.098

- (1) O benefício de diversificação equivale a diferença entre o total do VaR administrado e a soma do VaR de cada uma das categorias de risco. Esse benefício surge por conta das perdas diárias simuladas para cada um dos quatro riscos de mercado principais ocorrerem em dias diferentes; benefícios de diversificação similares também são considerados dentro de cada categoria.

A seguir demonstramos valor presente dos fluxos de caixa comprados e vendidos, das operações de derivativos e não derivativos do Consolidado Morgan Stanley, segregado por fator de risco (taxa de juros, taxa de câmbio, preço de ações e commodities):

Valor presente dos fluxos de caixa comprados e vendidos dos derivativos

Fator de risco	Mercado	30-jun-26		31-dez-25	
		Vendido	Comprado	Vendido	Comprado
	Bolsa	(29.073.203)	43.379.566	(14.672.169)	45.415.318
	Balcão	(98.973.061)	97.595.981	(107.206.353)	107.599.742
Taxa de juros	Total	(128.048.264)	140.975.547	(121.878.522)	153.015.060
	Bolsa	(14.742.856)	7.523.282	(8.260.909)	9.148.838
	Balcão	(134.406.830)	141.288.338	(113.129.673)	113.388.402
Taxa de Câmbio	Total	(149.149.687)	148.811.620	(121.390.582)	122.537.240
	Bolsa	(28.379.786)	24.891.479	(26.746.120)	19.346.917
	Balcão	(9.391.996)	4.835.162	(10.864.985)	4.984.187
Preço de Ações	Total	(37.771.782)	29.726.641	(37.611.105)	24.331.104
	Bolsa	-	5.481	-	173
Preço de Mercadorias (Commodities)	Balcão	(1.710.014)	1.697.164	(2.069.838)	2.062.292
	Total	(1.710.014)	1.702.645	(2.069.838)	2.062.465

Valor presente dos fluxos de caixa comprados e vendidos dos não derivativos

Fator de risco	Mercado	30-jun-26		31-dez-25	
		Vendido	Comprado	Vendido	Comprado
	Bolsa	-	-	-	-
	Balcão	(6.165.165)	5.579.100	(6.736.299)	5.795.554
Taxa de juros	Total	(6.165.165)	5.579.100	(6.736.299)	5.795.554
	Bolsa	-	-	-	-
	Balcão	(1.125.741)	-	(905.550)	-
Taxa de Câmbio	Total	(1.125.741)	-	(905.550)	-
	Bolsa	(3.929.769)	10.367.091	(3.407.214)	11.032.559

Fator de risco	Mercado	30-jun-26		31-dez-25	
		Vendido	Comprado	Vendido	Comprado
	Balcão	-	-	-	-
Preço de Ações	Total	(3.929.769)	10.367.091	(3.407.214)	11.032.559

f. Risco de liquidez

Definição de risco de liquidez

Risco de liquidez se refere à impossibilidade de financiamento das operações em função da perda de acesso a recursos e aos mercados de capitais ou à dificuldade de liquidação de ativos.

O Risco de Liquidez também engloba a impossibilidade de liquidação de obrigações que possam potencialmente causar problemas na continuidade de negócio ou danos reputacionais que venham a comprometer a viabilidade do Banco.

Estrutura de governança

A Diretoria do Conglomerado Morgan Stanley aprova as Políticas para o Gerenciamento e Supervisão do Risco de Liquidez e conta com o auxílio do Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) e do Comitê de Riscos Brasil na supervisão da estrutura e das diretrizes para a avaliação do gerenciamento do risco de liquidez considerando a estrutura de gerenciamento de riscos disposta na resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional de 23 de fevereiro de 2017.

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez é composta pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO), Comitê de Riscos Brasil, Diretor Financeiro, Tesouraria Corporativa, Diretoria de Operações e pelo Departamento de Risco de Mercado e Liquidez (“MRD/LRD”), cada um com atribuições específicas para assegurar que o perfil de risco do Conglomerado Morgan Stanley esteja compreendido dentro da estrutura de limites estabelecida e aprovada.

O Conglomerado Morgan Stanley monitora de maneira prospectiva o risco de liquidez através de:

- relatório diário de fluxo de caixa
- teste de estresse de liquidez
- avaliação do risco intradia
- controle de concentração de captação
- monitoramento de limites e plano de contingência.

Os indicadores e análises relativos ao Risco de Liquidez são apresentados para a administração da instituição no Comitê de Riscos Brasil e no Comitê de Ativos e Passivos (ALCO).

g. Risco operacional

O Departamento de Risco Operacional do Morgan Stanley estabeleceu sua estrutura de gerenciamento de risco operacional de acordo com as Políticas do Morgan Stanley e regulamentação local vigente. A Política Global de Gerenciamento de Riscos Operacionais e seus procedimentos definem conceitos, estabelecem as diretrizes, metodologias e ferramentas a serem aplicadas de acordo com sua natureza, tamanho e complexidade dos seus produtos, serviços, atividades e processos.

Definição de Risco Operacional

Risco Operacional é definido como risco de perda ou danos reputacionais ao Conglomerado Morgan Stanley, resultante de falha ou inadequação de processos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal e exclui o risco estratégico.

Estrutura de Governança e de Gerenciamento de Risco Operacional

A Diretoria do Conglomerado Morgan Stanley é responsável por aprovar as políticas de gerenciamento de risco operacional compreendendo de forma abrangente os riscos operacionais que possam impactar a Instituição. Além da Diretoria, a estrutura de gerenciamento de risco operacional local é composta por:

- Comitê de Riscos Brasil, responsável por propor à Diretoria as políticas relacionadas ao risco operacional no Conglomerado Morgan Stanley
- Comitê de Gerenciamento de Risco Operacional Brasil, composto pelas áreas de negócio e de suporte do Conglomerado Morgan Stanley;
- Departamento de Risco Operacional, se reportando ao Diretor de Riscos (CRO) do Conglomerado Morgan Stanley, e ao Departamento de Risco Operacional do Grupo Morgan Stanley em Nova Iorque;
- Unidades de Negócio e de Suporte, como responsáveis primários pelo gerenciamento de riscos operacionais, e
- Coordenadores de Risco Operacional, definidos como o ponto focal de cada área para reporte e atendimento das questões relacionadas a risco operacional.

Principais Atribuições do Departamento de Risco Operacional são:

- Supervisionar, analisar e monitorar o risco operacional no Conglomerado Morgan Stanley;
- Produzir e apresentar análise de riscos e relatórios para informação da alta administração do Conglomerado Morgan Stanley e seus Comitês;
- Apresentar ao Comitê de Risco Brasil eventos ou potenciais impactos relacionados ao Risco Socioambiental identificados pelas áreas responsáveis pelo gerenciamento de Risco Socioambiental;
- Apresentar ao Comitê de Riscos Brasil, eventos de continuidade de negócios, os resultados dos testes de continuidade de negócios, bem como a revisão dos planos. Apresentar eventos de serviços terceirizados e eventos relevantes de Tecnologia, se existirem;
- Validar e verificar a efetividade da estrutura de gerenciamento de risco operacional estabelecida na Política Global de Risco Operacional;
- Dar suporte as áreas nos procedimentos de Auto-Avaliação de Riscos e Controles, de Captura de Incidentes de Risco Operacional, de Captura dos Apontamentos e Planos de Ação. Monitorar e reportar sobre a qualidade, tempestividade e completa aderência nesses procedimentos;

- Desenvolver e manter ferramentas de suporte para a gestão de risco operacional;
- Fornecer treinamentos e conscientização de risco operacional e também sobre a política; e
- Fornecer mecanismos de reporte para possibilitar o monitoramento sobre as políticas e procedimentos relacionados.

Procedimentos e Atividades de Gerenciamento de Risco Operacional

O Departamento de Risco Operacional implementou procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais:

- Avaliação de Riscos: é o processo para determinar o nível de risco do Conglomerado e identificar riscos que requerem ações. Uma das ferramentas utilizadas para a avaliação de risco é a execução do processo de Auto-Avaliação de Riscos e Controles pelas áreas de negócio e de suporte.
- Incidentes de Risco Operacional: é o processo de captura e reporte dos incidentes internos de risco operacional ocorridos ou que impactaram as áreas. O Conglomerado mantém um repositório dessas informações para coleta dos dados, seja quantitativos ou qualitativos.
- Ações Corretivas: quando um risco operacional identificado está acima do nível aceito pelo Conglomerado, as áreas responsáveis identificam, se aplicável, uma ação corretiva para redução do nível de risco. O Conglomerado possui uma ferramenta para monitoramento de potenciais riscos operacionais e seus planos de ação.
- Mensuração e Reporte de Riscos: O Departamento de Risco Operacional independentemente, avalia, mede e monitora os riscos operacionais do Conglomerado e fornece relatórios de risco para a Diretoria do Conglomerado, Comitês e Grupos de Supervisão. Os relatórios podem apresentar o perfil de risco do Conglomerado, incidentes e perdas operacionais ocorridas no período, pontos de atenção significativos no período, status de planos de ação, situação dos indicadores, quando aplicável, e escala as questões relevantes.

Metodologia de Mensuração de Capital e Parcela de Risco Operacional

O Conglomerado no Brasil optou pela Abordagem do Indicador Básico (BIA), que corresponde ao modelo mais simplificado para o cálculo de alocação de capital referente a parcela de risco operacional.

h. Gestão do capital

O processo de gestão de capital do Morgan Stanley cabe, primordialmente, à Tesouraria Corporativa que é responsável pelo gerenciamento de Capital a longo prazo, estabelecimento de políticas de acompanhamento e alocação de capital para as áreas de negócios, a estrutura de capital, dividendos e recompra de ações, atuando em conjunto com as áreas técnicas da Matriz e com o comitê local de gestão de ativos e passivos (ALCO). A área promove o uso ideal de capital, buscando assegurar o cumprimento de requerimentos regulatórios, ou internos de níveis de capital. O grupo também é responsável pelo gerenciamento de capital nas entidades legais, incluindo a estrutura de capital das subsidiárias, o pagamento de dividendos e aumentos de capital, bem como o desenvolvimento do Plano de Capital Anual do Morgan Stanley.

Este processo é responsável por monitorar o nível corrente de capital e efetuar o planejamento de capital das empresas através das projeções de crescimento das áreas de negócio e seus impactos no capital requerido.

No Brasil, a Tesouraria Corporativa se reporta ao Diretor Financeiro do Conglomerado Morgan Stanley e à Tesouraria Corporativa Global nos Estados Unidos da América, e é responsável por prover o comitê do ALCO de informações necessárias ao acompanhamento e planejamento do Capital das empresas locais a fim de que este possa assegurar que a instituição mantém capital compatível com o risco de suas atividades, representado pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE) conforme determinado pelo Banco Central do Brasil e pelo risco das exposições à eventuais posições não incluídas na carteira de negociação.

A descrição da Estrutura de Gerenciamento de Capital do Conglomerado está disponível no endereço eletrônico: <https://www.morganstanley.com.br/sobre-nos/gerenciamento-de-riscos-e-de-capital>. (não auditado).

19 Evento subsequente

A administração avaliou potenciais mudanças de eventos subsequentes e não identificou impactos relevantes na apresentação das demonstrações financeiras referentes a 30 de junho de 2026.